

Patrocínio pede ao governo que assuma questão agrária

"Conflito em que haverá derramamento de sangue" é previsto pelo senador se não forem tomadas medidas urgentes. Problema da terra domina debates em plenário

Dificuldades no comércio exterior preocupam senadores

As pressões dos exportadores para o governo desvalorizar o real frente ao dólar preocupam o senador Nabor Júnior. Na sessão de sexta-feira, ele alertou que no momento em que a moeda brasileira for desvalorizada o Plano Real começará a "degringolar". Ademir Andrade também se manifestou a favor da manutenção da atual política cambial. Gilberto Miranda, por sua vez, defendeu a adoção de medidas que melhorem as condições de competitividade das empresas. **Páginas 3 e 4**

Marina cobra atenção para os seringueiros

Sem condições mínimas de sobrevivência, os seringueiros da Amazônia precisam de apoio do governo, afirmou sexta-feira a senadora Marina Silva. "Esta é uma questão social, de resgate da dignidade das pessoas", observou. Além do aspecto social, segundo a senadora, a questão envolve também a proteção do meio ambiente. Sem poder tirar do extrativismo o mínimo necessário ao sustento, os seringueiros acabam atuando em atividades como a exploração irregular de madeira. **Página 5**

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) alertou sexta-feira o governo para a necessidade de que sejam adotadas providências imediatas em relação aos assentamentos rurais. Patrocínio manifestou a sua apreensão com a situação no campo, destacou que a União Democrática Ruralista (UDR) está se armando e disse que está previsto "um conflito em que haverá derramamento de sangue".

Na opinião do senador, existem dois movimentos de sem-terra no Brasil. O primeiro, de caráter social, merece, a seu ver, o aplauso de todos e tem recebido o apoio do governo e do Congresso, com o encaminhamento e a aprovação de propostas como o rito sumário para a desapropriação e a sobretaxação de terras improdutivas. O outro, segundo o senador, tem cunho político-ideológico, "de desesta-



Carlos Patrocínio

bilização do governo e de subversão da ordem", e está crescendo.

Patrocínio disse que, no Tocantins, a cada semana há uma nova invasão, e cobrou ação do governo. "Todo governante, sobretudo quem quer se reeleger, tem que exercer sua autoridade", observou.

Em aparte, o senador Edilson Lobão (PFL-MA) acentuou que o governo federal "é

um pouco culpado", quando se omite numa ação repressiva em relação aos abusos. Já Ademir Andrade (PSB-PA) responsabilizou o governo pelas invasões e mortes no campo, por nunca se antecipar aos conflitos.

Jefferson Peres (PSDB-AM) citou o caso das invasões de terra no Chile, no início dos anos 70, que acabaram por provocar a desorganização da produção, enquanto Marina Silva (PT-AC) disse que o governo, tanto na questão agrária como na saúde, nunca age preventivamente.

Já Leomar Quintanilha (PPB-TO) advertiu que o problema no campo está assumindo proporções incontroláveis e exige providências urgentes do governo. A questão da terra também foi tema de pronunciamentos dos senadores Sebastião Rocha e Valmir Campelo. **Página 7**

Alcântara apóia concorrência no setor de combustível

As medidas adotadas pelo governo no mercado de combustíveis garantem o fortalecimento da concorrência, "processo inovador num setor tradicionalmente cartelizado". A avaliação foi feita sexta-feira pelo senador Lúcio Alcântara. Entre as medidas, Alcântara citou a permissão para os postos revendedores adquirirem combustíveis de distribuidoras diferentes. **Página 3**

NESTA EDIÇÃO

Quintanilha teme efeito de pacote no campo

Página 8

Jefferson é a favor de consulta sobre reeleição

Página 3

Cisne oferece yoga, tai chi e caminhada

Estão abertas a partir de hoje as inscrições para os servidores interessados em praticar yoga, tai chi chuan, caminhada e corridas. O Projeto Cisne, destinado a melhorar a qualidade de vida dos funcionários, oferece estas práticas a partir de quinta-feira. Amanhã, haverá palestras sobre as atividades. **Página 6**

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador José Sarney
PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Quinto dia de discussão da "PEC nº 54/95, que dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 102 da Constituição federal, que trata do efeito vinculante.

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA OS PRÓXIMOS DIAS
PLENÁRIO

Terça-feira (28.01.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de cinco Projetos de Decreto Legislativo que aprovam textos de acordos entre o Brasil e outros países.

Quarta-feira (29.01.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Discussão em turno único do "PLS nº 41/96, que introduz alterações na Lei nº 8.629/93.

COMISSÕES

Terça-feira (28.01.97)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Ofício nº "S" nº 114/96 (não-terminativo), que encaminha solicitação da prefeitura do Rio de Janeiro para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município (LFTM-Rio), cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1997. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator das seguintes comissões:

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1532-1/97, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1534-1/97, que dispõe sobre o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Centros Federais de Educação Tecnológica. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1543-18/97, que dispõe sobre o número de Cargos de Natureza Especial de Cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções Gratificadas existentes nos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1533-1/97, que extingue créditos oriundos de contribuições arrecadadas pelo INSS, no valor e condições que especifica. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1535-1/97, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1536-21/97, que reduz o imposto de Importação para os produtos que especifica. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1539-27/97, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1540-20/97, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1537-34/97, que dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o parágrafo 1º do art. 22 da Lei nº 8.212/91. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1538-36/97, que dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional (NTN) e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND). Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1541-20/97, que dá nova redação ao parágrafo 3º do art. 52 da Lei nº 8.931/94, que dispõe sobre a amortização, juros e outros encargos decorrentes da extinção ou dissolução de entidades da administração pública federal. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

17h - CPI dos Títulos Públicos

Pauta: Depoimento do diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil, Alkimar Ribeiro Moura, e da técnica do Banco Central do Brasil no período 92/95, Luciane Valença Mizona. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

18h - Comissão Especial da Reforma Política-Partidária

Pauta: Apreciação e votação do relatório final. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (29.01.97)

Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator das seguintes comissões:

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre

a MP nº 1544-18/97, que cria a Gratificação de Condição Especial para os servidores militares federais das Forças Armadas, altera as Leis nºs 6.880/80 e 8.237/91, e dispõe sobre o Auxílio-Funeral a ex-Combatentes. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1546-15/97, que dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep). Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1548-27/97, que cria a Gratificação de Desempenho a Produtividade (GDP) das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1547-26/97, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voo. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1545-14/97, que dispõe sobre os fundos que especifica. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1549-26/97, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1551-18/97, que altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e ao Fundo da Marinha Mercante (FMM). Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1552-9/97, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário no valor de R\$ 21 milhões, para os fins que especifica. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1550-35/97, que organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1553-11/97, que dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional (NTN) destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

Quinta-feira (30.01.97)

Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator das seguintes comissões:

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1554-11/97, que altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º e 7º da Lei nº 8.745/93, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1556-6/97, que estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, e dispõe sobre a privatização de instituições financeiras. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1558-3/97, que altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082/95, e do art. 35 da Lei nº 9.293/96, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 96 e 97. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1557-5/97, que concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1555-6/97, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$ 106 milhões, para os fins que especifica. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1465-11/97, que acrescenta parágrafo 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884/94 (Composição do Conselho - Mandato dos Conselheiros). Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1473-27/97, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1477-32/97, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1475-23/97, que altera as Leis nºs 8.019/90 e 8.212/91. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1478-20/97, que dá nova redação aos arts. 9º da Lei nº 8.036/90, e 2º da Lei nº 8.844/94 (Débito - Dívida Ativa - FGTS). Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

Nabor Júnior aponta riscos na desvalorização do real

Se governo ceder às pressões dos exportadores, o Plano Real começará a "degringolar", alerta o senador

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) dirigiu apelo ao governo para que não ceda às pressões e mantenha a atual política de câmbio. Ele está preocupado porque, conforme disse, economistas de projeção como Delfim Netto, Roberto Campos e Edmar Bacha têm dado declarações em defesa da desvalorização do real.

Nabor Júnior destacou "a posição firme" do ministro da Fazenda, Pedro Malan, que, segundo o senador, assegurou não haver nenhuma cogitação dentro da equipe econômica para desvalorizar a moeda brasileira perante o dólar. Na opinião de Nabor, essa hipótese "só viria a atender aos



Nabor Júnior

interesses de grupos econômicos que lucram com a especulação ou estão vinculados ao sistema financeiro internacional".

Para Nabor Júnior, no momento em que a moeda brasileira for desvalorizada, o Plano Real começará "a degringolar", com grandes prejuízos

para a maioria da população brasileira. O senador atribuiu aos exportadores a principal fonte de pressão contra a política cambial.

No entendimento do senador, os interessados no mercado externo, "esquecidos dos benefícios que milhões de brasileiros vêm alcançando com a estabilização da moeda", alegam que a política cambial tira a competitividade das exportações brasileiras.

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que, apesar de fazer oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso, apóia-o integralmente no que se refere à manutenção da atual política cambial.

Alcântara elogia as medidas no setor de combustíveis que fortalecem concorrência

As novas normas sobre distribuição e revenda de combustível, adotadas por portaria do ministro Raimundo Brito, de Minas e Energia, foram elogiadas sexta-feira pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao destacar que as medidas amparam os interesses do consumidor, "elo mais frágil das relações de mercado".

Ele disse que as mudanças introduzidas no mercado de combustíveis garantem o fortalecimento da concorrência, "processo inovador num setor tradicionalmente cartelizado".

Alcântara citou como medidas de interesse do consumidor a permissão para os postos revendedores adquirirem combustíveis de distribuidoras diferentes; a obrigação do fornecimento de gasolina do tipo comum; e a de-



Lúcio Alcântara

terminação de se fixar painel de preços e de informações com o endereço e telefone do Departamento Nacional de Combustíveis e das distribuidoras.

O senador disse que num momento de mudanças como o atual, com abertura econômica e redução da presença do Estado na economia, mediante o fim dos monopólios e as privatizações, há o risco de se criarem oligopólios ou monopólios privados com capacidade de determinar os preços de

seus produtos.

Mas, na avaliação de Lúcio Alcântara, as medidas adotadas pelo Ministério de Minas e Energia, ao contrário disso, apontam que o Estado brasileiro não se furta ao exercício de seu papel de regulação.

Em aparte, Nabor Júnior (PMDB-AC) acrescentou a informação de que a Petrobrás não vai somar a CPMF no custo dos combustíveis que distribui, de modo a não onerar o consumidor. Leomar Quintanilha (PPB-TO), por sua vez, comentou que a abertura econômica exige a extensão do papel regulador do Estado, dada a "concorrência desigual e predatória que caracteriza o mercado internacional, em que o protecionismo e os fortes subsídios dos países desenvolvidos a seus produtos distorcem a concorrência".



Jefferson Peres

Jefferson apóia consulta popular sobre reeleição

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) defendeu sexta-feira a realização de uma consulta popular para decidir a respeito do projeto de reeleição. Segundo ele, o impasse atual sobre o tema ameaça paralisar o processo decisório, com graves riscos para os interesses nacionais.

A realização da consulta é justificada, na opinião do senador, pois o tema é uma questão polêmica, que quebra uma tradição republicana de não permitir a reeleição para cargos do Poder Executivo e traz ainda um "componente casuístico", se a mudança beneficiar os atuais mandatários. "Mesmo tendo um componente casuístico, por que negar a reeleição dos atuais ocupantes do poder? Uma consulta ao povo dará respaldo à mudança", afirmou.

Jefferson Peres não concorda com os argumentos de que a realização de um plebiscito vai servir de palanque para adversários do governo, tampouco paralisar a economia, provocando incertezas no mercado, ou abalar a democracia representativa.

- A proposta de plebiscito ou referendo surge precisamente para minimizar os custos econômicos, políticos, sociais, éticos e morais da decisão nacional sobre o tema que, independentemente da vontade de A, B ou C, capturou a agenda das discussões públicas e dela não sairá até que receba uma solução condizente com a vontade popular - disse.

Miranda quer competitividade no comércio exterior

Intenção de transformar o BNDES em uma grande agência de financiamento às exportações, seguindo o modelo do Eximbank japonês, tem o apoio do senador

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) defendeu a adoção de medidas urgentes que dêem às empresas exportadoras melhores condições de competitividade. "Só assim se evitará a possibilidade de crise no setor", disse o senador, que aponta como razão para uma nova desvalorização do real o déficit da balança comercial brasileira.

Gilberto Miranda condenou o fato de os exportadores brasileiros continuarem a pressionar para que o governo promova o retorno da espiral inflacionária que garan-

tiu à categoria, no passado, "lucros fáceis, pagos pela sociedade brasileira". Na opinião do senador, o governo tem agido certo ao fazer "ouvidos de mercador à ladainha dos representantes dos exportadores".

Ele lamentou o fato de que algumas medidas que poderiam aumentar a competitividade dos produtos brasileiros não se concretizam, apesar das promessas. A seu ver, a melhoria das condições de financiamento aos exportadores seria desejável e proporcionar uma redução do déficit comercial. Nesse caso, as operações poderiam ser feitas diretamente pelos compradores estrangeiros dos nossos produtos, observou.



Gilberto Miranda

- Com esse objetivo já começa a ser colocado em prática o projeto de transformar o BNDES em uma grande agência de financiamento ao comércio exterior brasileiro, talvez moldado no Eximbank japonês - informou o senador.

Para Gilberto Miranda, uma presença mais agressiva do Brasil nos foros internacionais, e principalmente junto à Organização Mundial de Comércio (OMC), diminuiria as restrições que produtos brasileiros sofrem no exterior.

Ademir busca conclusão de terminal alfandegado na ilha de Marajó

A adoção de medidas para a imediata conclusão do terminal portuário alfandegado na ilha de Marajó foi cobrada sexta-feira pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). A instalação do terminal foi uma exigência da Receita Federal para melhor controle da exportação de madeira da região, mas, segundo o senador, o projeto necessita de parcerias entre a própria Receita, Ministério dos Transportes e governo do Pará para ser concretizado.

No entendimento de Ademir Andrade, a localização do terminal na localidade de Corcovado, município de Breves, trará benefícios imediatos, direta ou indiretamente, para cerca de 200 mil pessoas que vivem da exportação



Ademir Andrade

tação de madeiras serradas, principal atividade econômica da região, formada pela foz dos rios Jacundá, Pacajá, Camapari, Anapu, Xingu e Amazonas.

O escoamento da madeira é feito por portos particulares instalados ao longo dos rios, o que, conforme o senador, teria levado a Receita Federal a exigir a construção de um terminal alfandegado em um único local para fazer a exportação. Ele disse que o custo do empreendimento está avaliado em R\$ 8,2 milhões, e o prazo para sua concretização

"é extremamente curto": junho de 1997.

- Os empresários do setor madeireiro e as lideranças comunitárias e políticas locais estão apreensivos porque, se o porto não for implantado logo, toda a madeira serrada destinada ao mercado internacional terá que ser embarcada nos portos de Vila do Conde ou de Belém, o que, devido aos custos operacionais de fretes e outros ônus, inviabilizaria a economia da região de Marajó - alertou.

Ademir Andrade se disse convicto de que uma ação conjunta entre Secretaria da Receita Federal, Ministério dos Transportes, governo paraense e o setor madeireiro poderá contribuir para que o terminal portuário alfandegado de Marajó seja concluído o mais rapidamente possível.

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz

Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz

Frequência RX (Banda - L) - 1505,60 Mhz

Antena - 3,6 m

LNB - Temperatura 25 K (Amplificador de Baixo Ruído)

Receptor de Vídeo/Áudio Digital

NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S

Integrated Receiver/Decoder (IRD)

CLI (Compressed Digital Vídeo)

Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600

Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

Marina cobra mais atenção do governo aos seringueiros

Sem condições de sobrevivência com a extração da borracha, alerta senadora, eles são obrigados a partir para atividades "nefastas"

A senadora Marina Silva (PT-AC) denunciou sexta-feira a falta de atenção das autoridades para com os problemas enfrentados pelos seringueiros na Amazônia, "sobreviventes de um passado mas que estão mais vivos do que nunca, sofrendo todo tipo de mazela". Segundo a senadora, os seringueiros não têm as mínimas condições de sobrevivência.

- Essa é uma questão social, de resgate da dignidade das pessoas - disse a senadora, lembrando que apresentou ao projeto de Orçamento da União para 1997 duas emendas que beneficiariam os seringueiros: uma, no valor de R\$ 25 milhões, destinada à modernização do extrativismo, e outra, no valor de R\$ 2,8 milhões, visando à abertura de uma linha de



Marina Silva

crédito especial para assistência técnica. Na votação do projeto na comissão, segundo relatou, nenhum real foi destinado a essas propostas de melhoria das condições dos seringueiros.

Marina entende que há uma falta de preocupação muito grande em relação ao problema dos seringueiros, que envolve não apenas o aspecto social, mas também a proteção ao meio ambiente da

Amazônia. Isto porque, assinalou, os trabalhadores, sem condições de sobrevivência com a extração da borracha, acabam por partir para "atividades nefastas" como a exploração irregular de madeira. Mais de 20 mil famílias no Acre ainda tentam viver nos seringais, disse.

A senadora referiu-se ainda à anunciada proposta do governo de conceder à iniciativa privada a exploração de florestas, mediante o manejo sustentado. Marina Silva disse que o projeto merece ser estudado, desde que se garantam mecanismos de controle do governo sobre as áreas que sofrerão esse tipo de intervenção. Em aparte, Nabor Júnior (PMDB-AC) afirmou que a atividade extrativista não tem recebido dedicação do governo e que há um abandono geral dos seringais.



Edison Lobão

Para Lobão, Nordeste não é só turismo

O senador Edison Lobão (PFL-MA), ao fazer sexta-feira a defesa da medida provisória que incentiva a instalação de montadoras de automóveis nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, disse que não se pode admitir o "argumento falacioso de alguns tecnocratas desinformados", para os quais "o Norte e o Nordeste devem se contentar com o turismo e, quando muito, com a produção de frutos".

- Em outros termos, esses burocratas, provavelmente vinculados a outros interesses, querem que transformemos aquelas regiões num imenso pomar, cercado por nossas incomparáveis praias e belezas naturais - disse o senador, ao garantir não haver razão para as demais regiões do País temerem a industrialização do Norte-Nordeste, pois "há séculos as rendas nacionais têm se concentrado nas regiões mais ricas".

Edison Lobão leu o manifesto *Em Defesa do Nordeste*, onde presidentes de federações de indústrias dos estados da região contestam o posicionamento de lideranças políticas e empresariais do Sul e do Sudeste contrárias à implantação de indústrias automobilísticas em outras regiões. Conforme o senador, os empresários nordestinos consideram ainda insuficientes as medidas de apoio ao desenvolvimento dos estados mais pobres.

Jucá congratula Presidente por obras na Amazônia ocidental

O senador Romero Jucá (PFL-RR) congratulou sexta-feira o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, pelo cumprimento de metas prometidas em campanha, como a de viabilizar a construção de estradas e melhorar o setor energético da região ocidental da Amazônia.

A pavimentação da BR-174, ligando o Brasil à Venezuela, é uma das obras prometidas pelo presidente da República que, segundo informou o senador, deverá ser concluída em breve. Romero Jucá lembrou que o Senado acaba de autorizar pedido de empréstimo junto à Cooperação Andina de Fomento (CAF), no valor de US\$ 86 milhões, para a conclusão do

asfaltamento daquela rodovia, que passa por Manaus e cruza todo o estado de Roraima.

Sobre a questão da energia elétrica na região, disse Romero Jucá que nesta quarta-feira (dia 29) será assinado pelo presidente da República, em ato que contará com a presença dos ministros de Minas e Energia do Brasil e da Venezuela, o acordo de compra de eletricidade da Usina Hidrelétrica de Guri, naquele país, pelo governo brasileiro, para substituir a energia termelétrica "cara e poluente" que até hoje abastece a Amazônia ocidental.

As duas iniciativas, segundo o senador, também são fruto de parceria entre os países do Pacto Andino com o Brasil, em razão do desenvolvimento proporcionado pelo Mercosul.



Romero Jucá

Jucá elogiou ainda o trabalho dos ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Venezuela, pelo sucesso do acordo energético. O senador pediu a transcrição, nos Anais do Senado, de artigo publicado na *Folha de S. Paulo* do último dia 14, de autoria do embaixador venezuelano, Alfredo Toro Hardy, intitulado "Brasil e Venezuela: o sentido da aliança estratégica".

Cisne recebe inscrição para tai chi, yoga e caminhada

Projeto para melhoria da qualidade de vida do servidor promove palestras amanhã, no Auditório Petrônio Portella, e dá início às atividades já nesta quinta-feira

SINTONIZE A TV SENADO

Agora você pode acompanhar, dia a dia, todo o trabalho do Senado Federal, atento ao que se passa nas comissões e nas sessões plenárias, transmitidas ao vivo e em seguida em várias repetições. Basta sintonizar a TV Senado, pela operadora de TV a cabo da sua cidade. A TV Senado está no ar diariamente, de segunda a sexta-feira, das 9:30 da manhã até zero hora e 30 minutos. Aos sábados e domingos, a programação da TV Senado vai das 10 às 18 horas. Acompanhe o desempenho do senador do seu estado e forme você mesmo sua própria opinião. Sem intermediários.

Cidade	Operadora	Canal
Anápolis (GO)	Net	33
Anapongas (PR)	Net	35
Bagé (RS)	Net	16
Bal. Camborim (SC)	Op. indep.	20
Baruru (SP)	Net	10
Baruru (SP)	Multicanal	39
Belo Horizonte (MG)	Multicanal	41
Belo Horizonte (MG)	Cabo Total	8
Bento Gonçalves (RS)	Net	11
Brasília (DF)	Net	53
Campo Grande (MS)	Multicanal	14
Catanduva (SP)	Net	3
Caxias do Sul (RS)	Multicanal	8
Chapadão (SC)	Net	3
Concórdia (SC)	Net	21
Criciúma (SC)	Net	17
Cruz Alta (RS)	Net	7
Curitiba (PR)	Net	35
Erechim (RS)	Net	23
Fazoullândia (RS)	Multicanal	14
Fazoullândia (RS)	Net	8
Florianópolis (SC)	Multicanal	43
Florianópolis (SC)	Net	44
Fortaleza (CE)	Op. indep.	22
Fortaleza (CE)	RTC	45
Francisco (SP)	Net	9
Goiania (GO)	Multicanal	14
Gov. Valadarias (MG)	Op. indep.	39
Jaraguá do Sul (SC)	Net	21
Joazeiro (SC)	Net	21
Jouville (SC)	Net	18

Cidade	Operadora	Canal
Jundiaí (SP)	Net	5
Lages (SC)	Net	21
Londrina (PR)	Net	35
Novo Hamburgo (RS)	Net	5
Passo Fundo (RS)	Net	18
Pelotas (RS)	Op. indep.	3
Pelotas (RS)	Net	18
Piracicaba (SP)	Net	30
Porto Alegre (RS)	Net	17
Ribeirão Preto (SP)	Multicanal	14
Rio de Janeiro (RJ)	Net	35
Rio de Janeiro (RJ)	Rio Cabo	40
Rio de Janeiro (RJ)	Net	33
Rio Grande (RS)	Net	12
São José do Rio Preto (SP)	Multicanal	14
Santa Cruz do Sul (RS)	Net	48
Santa Maria (RS)	Net	47
Santa Maria (RS)	Net	50
Santos (SP)	Net	7
Santos (SP)	Multicanal	14
São Carlos (SP)	Net	6
São Paulo (SP)	Multicanal	14
São Paulo (SP)	TVA (a cabo)	63
São Paulo (SP)	Net	53
São Paulo (SP)	TVA-MMDS	66
Sorocaba (SP)	Multicanal	8
Uberlândia (MG)		8
Umuarama (PR)	Net	35
Uruguaiana (RS)	Net	7
Uruguaiana (RS)	Net	17

A prática de tai chi chuan, yoga e condicionamento físico (com caminhada e corridas) começa a ser oferecida a partir de quinta-feira (dia 30) aos funcionários do Senado, dentro do Projeto Cisne, uma iniciativa da Subsecretaria de Relações Públicas destinada à melhoria da qualidade de vida do servidor. As inscrições podem ser feitas a partir de hoje, na SSRP, Anexo I do Senado, 2º andar, ramais 3344 e 3388. Amanhã (terça-feira), haverá palestras e vivências sobre estes temas no Auditório Petrônio Portella, das 9h30 às 11h30.

Conforme explica o diretor da Relações Públicas, Vinicius Becker, as atividades do Projeto Cisne serão desenvolvidas no Galpão 6, próximo ao Serviço Médico do Senado. Mas a yoga e o tai chi chuan estarão sendo praticados provisoriamente no Auditório do Instituto Legislativo Brasileiro, também perto do Serviço Médico, até que se adapte o espaço no Galpão 6.

As palestras de amanhã no Auditório Petrônio Portella começam às 9h30, quando o dr. Gustavo Luedemann abordará o tema "Diga não ao stress". Em seguida, das 9h50 às 10h15, o dr. Moo Shong Woo oferece prática de tai chi chuan, do-in e shiatsu. Das 10h20 às 10h45, o jornalista Edson de Almeida fala sobre "Yoga: o despertar da paz interior". Os professores de educação física Manoel Simões e Aldecilene Bastos tratarão, das 10h50 às 11h30, de "Condicionamento físico: caminhada e corridas" e "Ginástica no trabalho: bem-estar físico e mental".

Os servidores poderão praticar yoga (respiração, relaxamento e meditação), às terças e quintas, das 8h às 8h20 e das 18h30 às 19h. O tai chi será também às terças e quintas, das 8h20 às 8h40 e das 19h às 19h30. Já o condicionamento físico estará disponível às segundas, quartas e sextas, das 7h30 às 8h30.

Em todo o País para os usuários do sistema Direct-to-Home, da TVA e do Sky Net.

Sebastião Rocha destaca prêmio para MST

Reconhecimento do governo belga mostra a importância da entidade, afirma senador; que também apela ao presidente da República para que conceda reajuste salarial aos servidores

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) foi indicado para receber o Prêmio Rei Balduíno, um dos mais importantes prêmios internacionais concedidos pelo governo belga, registrou sexta-feira o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), para quem essa conquista representa um reconhecimento da importância da entidade.

Integrante da comissão externa de parlamentares que esteve no município de Ourilândia do Norte (PA), onde foram assassinados três trabalhadores rurais, o senador afirmou que "infelizmente, o MST é um movimento necessário", pois, a seu ver, o

governo só se move quando há invasões ou derramamento de sangue no meio rural.

Sebastião Rocha também fez um apelo ao presidente da República e aos ministros da área econômica e da administração para que revejam a posição de não conceder reajuste salarial ao funcionalismo público nesse semestre. Ele observou que se completaram dois anos em que os servidores são tratados "com um rigor inadmissível, dadas as facilidades concedidas ao setor financeiro com o Proer".

Outro tema abordado pelo senador foi o da reeleição. Para Sebastião Rocha, na busca pela permanência no poder,



Sebastião Rocha

o presidente da República optou pelos conchavos e acordos de cúpula, alegando que um plebiscito seria uma espécie de *fujimorização*, porque atropelaria o Congresso Nacional. Notícia de que Fernando Henrique pre-

tende convocar plebiscito para rediscutir a instituição do parlamentarismo foi interpretada pelo senador como tentativa de se perpetuar no poder como primeiro-ministro.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em aparte, disse que o MST tornou-se o mais importante movimento social do País por força da luta pela sobrevivência dos trabalhadores rurais e do crescente desemprego urbano. "De fato", concordou o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), acrescentando que "apenas em janeiro deste ano as empresas paulistas já despediram 3.200 trabalhadores".

Causa dos sem-terra é justa, diz Valmir Campelo

"A concentração fundiária absurda gerou o País de contrastes que temos hoje", afirmou o senador Valmir Campelo (PTB-DF), ao sustentar que a causa dos trabalhadores sem-terra é justa, visto que o Brasil é um país continental, com numerosas áreas improdutivas e milhares de famílias sem ter onde viver. Ele considera a questão agrária um dos problemas sociais mais delicados com que se defronta o Brasil.



Valmir Campelo

- É preciso - e essa tarefa cabe ao Estado - assentar essas famílias, torná-las produtivas, dar-lhes meios de exercer sua cidadania e de sobreviver como seres humanos. É preciso também separar o joio do trigo - distinguir as lideranças verdadeiramente empenhadas na causa dos trabalhadores sem-terra daqueles que apenas a utilizam para auferir dividendos políticos pessoais - disse ele.

Valmir Campelo entende que quem crê no caminho da negociação quer, de fato, a reforma agrária, enquanto os que pregam a violência e as invasões buscam desmoralizar o processo de negociação proposto pelo go-

verno, tirando apenas proveito da desgraça alheia. "Não podemos permitir que essas lideranças irresponsáveis continuem a explorar a boa-fé do homem do campo e precisamos denunciá-las", argumentou.

Conforme Valmir Campelo, um dos resultados da concentração fundiária é o fato de que o Brasil importa alimentos quando tem a maior área agricultável do mundo. Segundo o senador, disso também resulta que o País tenha de acomodar milhões de sem-terra nas favelas que circundam as grandes cidades, quando dispõe de milhares de hectares vazios e improdutivos.

- Em síntese, essa é a gênese da crise brasileira dos nossos dias, que contrapõe um meio rural economicamente enfraquecido a cidades enfermas e violentas, como o Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e outras, a produzir tragédias em massa, onde a principal vítima é sempre a popula-

ção mais pobre.

Na opinião de Valmir Campelo, o estabelecimento de um ordenamento fundiário justo e racional é indispensável para o desenvolvimento do País e para o bem-estar social que, no seu entender, deve ser a meta deste e de todos os governos que vierem a sucedê-lo.

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

Quintanilha critica "pacote ecológico"

Senador propõe revisão da medida provisória que, segundo ele, "quer sufocar uma atividade agrícola legítima e congelar áreas próprias para a agricultura"

A Medida Provisória nº 1.511, que passou a ser conhecida como "pacote ecológico", foi criticada sexta-feira pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), que a qualificou de "política punitiva, de atraso e de retrocesso". Na opinião do senador, sob o pretexto de uma radical preservação da cobertura vegetal, a MP vem paralisar o progresso nas áreas de vocação agrícola da região Norte e do norte da região Centro-Oeste.

Para Leomar Quintanilha, essa medida provisória "quer sufocar uma atividade agrícola legítima e congelar áreas



Leomar Quintanilha

próprias para a agricultura, reduzindo-as à condição de regiões extrativistas de baixa densidade econômica". A MP em questão, conforme observou, "estabelece que, para as matas cerradas, o limite de

áreas onde será permitido produzir riqueza agropecuária reduz-se a apenas 20% da propriedade. Parece inacreditável: apenas um quinto de uma propriedade agrícola é trabalhável".

O senador lembrou que o Código Florestal previa para a região Norte, antes da edição da MP nº 1.511, a preservação da cobertura arbórea de metade da propriedade. A seu ver, o código incorporou um grau de exigência rigoroso, pois a exploração agropecuária de "corte raso" seria permitida aos 50% restantes da área. Contudo, segundo Leo-

mar Quintanilha, ao editar a MP, "o governo está confundindo área de vocação agrícola com a de extrativismo, em nome de um preservacionismo radical e descabido".

- Limitar a expansão agropecuária é um contra-senso. Ao invés de uma política de estímulo, dá-se, ao contrário, uma política regional às avessas. Estamos diante de uma grave limitação ao desenvolvimento do Tocantins e de Goiás, além de outras áreas do Norte brasileiro. Esta Casa deve repensar a questão e indicar ao governo os verdadeiros interesses do País - frisou.

Palmeira homenageia ex-governador alagoano

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) homenageou a memória do ex-governador de Alagoas Lamenha Filho, que faleceu no último dia 3, aos 76 anos de idade. O senador testemunhou sua admiração por aquele que, "pelos métodos, conduta e postura de discernimento, equilíbrio e correção, engrandeceu como poucos a vida política daquele estado".

Palmeira disse que, numa das últimas vezes em que se manifestou politicamente, o ex-governador lamentou os

rumos que o Brasil estava tomando e a precariedade de nossa vida institucional, "a cujo aprimoramento ele tinha dedicado boa parte de suas energias cívicas". O senador traçou um perfil do homenageado, dizendo que ele fora chamado à chefia do Executivo estadual num dos momentos mais difíceis e dramáticos da vida pública brasileira, em 1964.

- Não só por sua condição de líder civil do movimento militar, mas sobretudo pelas qualidades que o tornavam o candidato natural para um período de



Guilherme Palmeira

notória transição política, Lamenha tornou-se o primeiro mandatário estadual escolhido por via indireta - disse o senador.

Segundo Palmeira, Lamenha Filho recebeu o governo de Alagoas das mãos do interventor federal, com a difícil e ingrata tarefa de liderar o estado num período de excepcionalidade institucional até março de 1971. Contou ainda que, desde que deixou o governo do estado, conveniências partidárias levaram-no ao progressivo distanciamento da vida pública a cuja militância efetivamente não mais voltou. "Nem por isso perdeu o prestígio nem a influência", assinalou.

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES NABOR JÚNIOR, JEFFERSON PERES E EDUARDO SUPLYCY

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney - 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos - 1º Secretário: Odaírc Soares

2º Secretário: Renan Calheiros - 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Emandes Amorim

Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares - Eduardo Suplicy - Emília Fernandes - Ney Suassuna

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios

Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos

Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento

Revisão - Lindolfo Amaral e Fernando Varela

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.